

Educação Popular (EP) e agroecologia: reflexões sobre o uso de metodologias participativas na construção do conhecimento agroecológico no Campo das Vertentes/MG

Aline Aparecida Angelo¹, Lívia Maria de Oliveira Lara²

Resumo

Este artigo aborda práticas de Educação Popular para a construção do conhecimento agroecológico, a partir de um projeto de extensão e pesquisa desenvolvido no Campo das Vertentes/MG. O projeto atua junto à Rede Trem Natural e à Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos de São João del-Rei. Este texto analisa as atividades de extensão a partir do referencial teórico e metodológico da pesquisa participante, das ideias de Paulo Freire e da agroecologia e da Educação do Campo. Ele objetiva destacar a potencialidade da extensão e da pesquisa participante como mediadoras de processos formativos para a construção do conhecimento agroecológico. As fontes foram atividades realizadas pelo projeto, registradas em diário de campo pela equipe e, posteriormente, sistematizadas para as análises. Em todas as atividades estão presentes as seguintes metodologias: as místicas, os espaços de escuta ativa, a formação dialogada e com vivência prática, o compartilhamento de saberes e as projeções de futuro, isto é, um momento de encaminhamento de demandas para alimentar o circuito de ações do projeto. Nas atividades, identificamos o movimento praxiológico da Educação Popular no campo. Concluímos que, por meio das metodologias participativas, é possível construir conhecimento agroecológico que fortalece os movimentos e, consequentemente, a transformação social nos territórios.

Palavras-chave

Pesquisa participativa. Transição agroecológica. Educação do Campo. Educação Popular. Extensão universitária.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil; professora no Departamento de Ciências da Educação na Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Alternâncias e Reforma Agrária na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: alineangelo@ufsj.edu.br.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: liviamlara@yahoo.com.br.

Popular Education (EP) and agroecology: reflections on the use of participatory methodologies in the construction of agroecological knowledge in Campo das Vertentes/MG

Aline Aparecida Angelo¹, Lívia Maria de Oliveira Lara²

Abstract

This article addresses Popular Education practices for the construction of agroecological knowledge, based on an outreach and research project developed in Campo das Vertentes, state of Minas Gerais, Brazil. The project collaborates with Trem Natural Network and the Association of Agroecological Family Farmers of São João del-Rei. This text analyses outreach activities through the theoretical and methodological framework of participatory research, Paulo Freire's ideas, agroecology, and Countryside Education. It aims to highlight the potential of outreach and participatory research as mediators of formative processes for the construction of agroecological knowledge. Sources include activities conducted by the project, documented in field diary by the team and subsequently systematized for analysis. All activities incorporate the following methodologies: mysticism, active listening spaces, dialogic training with practical experience, knowledge sharing, and future projections, moments to address demands to feed the project's action circuit. Through these activities, we identified the praxeological movement of Popular Education in countryside contexts. In conclusion, we find that it is possible to construct agroecological knowledge that strengthens movements and, consequently, fosters social transformation in the territories through participatory methodologies.

Keywords

Participatory research. Agroecological transition. Countryside Education. Popular Education. University outreach.

¹ PhD in Education, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor in the Department of Education Sciences at the Federal University of São João del-Rei, State of Minas Gerais, Brazil; member of the Research Group on Rural Education, Alternancias and Agrarian Reform at the Federal University of Viçosa, State of Minas Gerais, Brazil. Email: alineangelo@uvsj.edu.br.

² Master's degree in Education, Federal University of Viçosa, State of Minas Gerais, Brazil. Email: liviamlara@yahoo.com.br.

Introdução

Este trabalho propõe um diálogo entre Educação do Campo (EdoC), agroecologia e Educação Popular (EP). Nesse sentido, apresenta uma síntese das práticas formativas para a Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA), desenvolvidas por um projeto de extensão e pesquisa³, que tem por título “A transição agroecológica no Campo das Vertentes: fortalecendo dinâmicas comunitárias para a construção do conhecimento agroecológico a partir da experiência da Rede Trem Natural-MG”. Esse projeto atua junto à Associação de Agricultura Familiar e Agroecológica de São João del-Rei (AAFAS), cujo objetivo é fortalecer as dinâmicas comunitárias para a construção do conhecimento agroecológico, envolvendo agricultores, estudantes e prossumidores⁴ interessados no processo de transição agroecológica⁵ e na produção de conhecimento agroecológico.

A Rede Trem Natural (RTN) surgiu em 2017, em Barbacena – Minas Gerais (MG), sendo composta por agricultores e prossumidores das microrregiões de Barbacena e São João del-Rei, ambas localizadas em MG. Logo, em 2019, se tornou a 13º Organização de Controle Social (OCS) de MG pelo Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (Mapa), o que a possibilita conferir a qualidade orgânica dos produtos das propriedades cadastradas junto ao Mapa (Lara, 2021).

A RTN fundamenta-se em três princípios, sendo eles: o controle social, as relações de confiança e a rastreabilidade do produto. O controle social é realizado por meio de reuniões e intercâmbios agroecológicos nas propriedades. Nos intercâmbios agroecológicos são realizadas trocas de experiências sobre as práticas agrícolas entre os presentes e, nessas visitas, o processo de produção é acompanhado. Desse modo, confere-se o processo desde a plantação até o momento em que os alimentos chegam à mesa dos consumidores, conferindo o sentido da rastreabilidade do produto (Lara, 2021)⁶. Esses momentos proporcionam maior relação de confiança entre agricultores e prossumidores que, juntos, conferem a qualidade do produto e a certificação orgânica.

³ O referido projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), com atuação na mesorregião do Campo das Vertentes/MG.

⁴ Conforme Melo (2015), o termo “prossumidor” diz respeito àquele que produz e consome dentro do mesmo grupo, ou rede de produção e comercialização.

⁵ A transição agroecológica é compreendida a partir da perspectiva de Schmitt (2010), que a define como um movimento complexo e não linear, que impulsiona a integração de princípios ecológicos no manejo das unidades produtivas, entendidas como agroecossistemas, com a pretensão de atingir uma escala territorial. Essa transição mobiliza fatores econômicos, sociais, políticos e culturais; portanto, conflitos podem ser gerados. Nesse processo, a negociação entre os atores envolvidos é essencial para os desdobramentos das ações de transição.

⁶ Para saber mais sobre as atividades da Rede Trem Natural, acesse o *Instagram*: @rede_trem.natural.

A AAFAS, em atuação formal desde 2017, atua com abrangência na microrregião de São João del-Rei/MG, visando contribuir para a produção de alimentos saudáveis para a região. Atualmente, possui 15 associados ativos e desenvolve seus trabalhos a partir dos princípios da economia solidária. Em geral, agricultores vinculados à AAFAS buscam comercializar seus produtos em feiras, por meio de venda direta aos consumidores, com o auxílio de um aplicativo de *delivery* e das mídias sociais⁷.

Nosso projeto de pesquisa e extensão encontra-se em andamento, por isso, apresentamos reflexões parciais da experiência vivida, adquiridas por meio de observações participantes. Neste texto, sistematizamos as atividades com foco na ação de extensão, explicitando os objetivos que as mobilizaram, os sujeitos envolvidos, as metodologias participativas utilizadas e as reflexões oriundas das ações. Para a realização da síntese e da análise dos eventos, utilizamos as anotações em diário de campo feitas pela equipe do projeto como principal fonte de dados. Essas anotações foram posteriormente organizadas em um quadro analítico com distribuição das atividades realizadas por categorias para discussão e análise.

Nesse horizonte, entendemos que se trata de uma frente de trabalho de pesquisa que visa construir uma reflexão analítica sobre o processo vivido nas ações de extensão. Em nosso projeto, outras ações de pesquisa estão em processo de realização, como a coleta de dados por meio de questionários aos agricultores e prosumidores, bem como a realização de entrevistas. Como esses dados encontram-se em processo de obtenção, neste texto daremos destaque à análise das atividades de extensão.

Assim sendo, este artigo está organizado por uma discussão teórica e metodológica, em que apresentamos uma revisão da literatura sobre EdoC, EP e educação popular em agroecologia. Ainda neste tópico, discutiremos a potencialidade da pesquisa participativa no processo de CCA no projeto que desenvolvemos. Em outro tópico, apresentaremos, como resultados e discussão, a sistematização das ações desenvolvidas pelo projeto junto à RTN e à AAFAS, com foco na CCA. Nas considerações finais, destacamos a importância do desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa na área de educação para a CCA. Acreditamos que, por meio das metodologias participativas que emergem da EP no campo, é possível fortalecer os movimentos agroecológicos e contribuir para a transformação social nos territórios.

⁷ Para conhecer mais sobre a AAFAS, acesse o site: <https://aafas.instabuy.com.br/blog/post/Conheca-a-AAFAS>.

Pressupostos teóricos

Nas reflexões de Lukács (1978; 1979) sobre a ontologia do ser social, o autor destaca o trabalho como a atividade central do ser humano, essencial para produzir os meios de existência e construir sua relação com a natureza, a cultura e seu próprio aperfeiçoamento. Essa concepção enfatiza o papel educativo do trabalho nos processos de formação humana, forjados no meio social e em suas lutas. Ao ser abordado sob uma perspectiva emancipatória, o trabalho possibilita a materialização de outras lutas, como a organização coletiva e a construção de uma nova visão de mundo. Nesse sentido, concordamos com Caldart (2019, p. 57) ao afirmar que “essa concepção de formação humana, por sua vez, se converte em uma chave teórico-metodológica para analisar todas as práticas educativas com finalidades emancipatórias e mesma perspectiva de classe, de projeto histórico”.

No bojo dessa concepção de formação humana, temos a EP e a EdoC. A EP expressa um campo diverso de ideias, de práticas e de sujeitos, com entrada em diferentes frentes em que trabalhadores, comprometidos com a mudança social, possam atuar. Na América Latina, a EP vincula educação e política para a construção de processos de resistência e emancipação humana, mirando outro projeto de sociedade, em que se pode afirmar socialista. Nessa perspectiva, Paludo (2015) argumenta que a EP pode ser compreendida somente como resistência e exercício de contra-hegemonia. Além disso, o autor afirma que o momento atual de acumulação do capital exige rearticulação teórica e prática política, com convicção da necessidade do novo modo de produção – a sociedade sem classes.

Caldart (2021) menciona que a EdoC pode ser compreendida como prática social, como conceito e como concepção. Como prática social, a EdoC originou-se em 1998 e recebeu esse nome por sujeitos coletivos – participantes da I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO –, identificados como trabalhadores do campo, organizações camponesas, quilombolas, indígenas, sem-terra, ribeirinhos, assentados, assalariados, entre outros. Estes decidiram associar suas lutas e práticas em uma mobilização nacional para reivindicar o direito à educação, por meio de políticas públicas de educação, em suas diferentes formas, e pelo direito social de participar da condução dos processos educativos.

Como conceito, a EdoC “é construção do percurso, autodefinição construída pelos seus próprios sujeitos e expressão do movimento prático que define suas finalidades e sua dinâmica” (Caldart, 2021, p. 356). Portanto, reflete a análise daqueles que participam desse movimento, ou seja, sujeitos coletivos do campo, bem como suas lutas. Como concepção, a EdoC está em processo de construção no Brasil, orientando-se por finalidades emancipatórias que influenciam

as formas de luta, o pensamento e a prática educacional. Ela se enraíza no trabalho do campo, valorizando seus sujeitos, suas lutas e suas culturas.

A agroecologia compõe a concepção de EdoC. Muitos desses sujeitos e organizações que lutam pela EdoC também estão na luta pela agroecologia. Para Caldart (2021, p. 358), a “agroecologia ‘chama educação’. Precisa dela para seu avanço e por isso integra as lutas da Educação do Campo”, pois afirma que as diversas organizações construtoras da agroecologia têm sentido os desafios da dimensão social das práticas agroecológicas e, por isso, percebem a importância da ampliação dos processos formativos para preparar as gerações de trabalhadores na construção desse modelo de agricultura.

Como movimento, a agroecologia encontra na EP uma de suas referências para forjar postura crítica e comprometida com processos emancipatórios. Nesse contexto, a EP em agroecologia se insere numa atuação política frente aos velhos e persistentes problemas em torno da questão agrária, dos problemas ambientais e da luta de classes. Movimentos sociais e organizações populares do campo possuem um conjunto de propostas e de práticas agroecológicas que lhes permitem afirmar a agroecologia como um caminho importante para outro projeto de sociedade e de atuação político-pedagógica (Tardin; Travassos, 2021).

Os processos formativos no âmbito da agroecologia são fundamentais para conceder a ela a dimensão social de que necessita para se afirmar como modelo e possibilidade para o campo, em um contexto em que a agricultura capitalista se coloca como a única alternativa. Os donos dos empreendimentos capitalistas no campo promovem um trabalho ideológico ostensivo para que todos acreditem que “o agro é tudo” ou que “tudo é agronegócio”.

Por fim, a relação entre EdoC, agroecologia e EP surge dessa necessidade de disputa de práticas e ideias, que podem ser construídas por meio de processos formativos emancipatórios. Essas três concepções têm em comum a luta política por transformação social, viabilizando o fim da desigualdade social, das formas de opressão e de subalternização da classe trabalhadora.

Metodologia

A influência do pensamento de Paulo Freire se faz presente na EP praticada na América Latina e nos movimentos de EP em agroecologia. Portanto, ao assumirmos a pesquisa participativa, entendemos o lugar primordial do diálogo na busca pelo tema gerador e por seus

elementos constitutivos por meio da ação-reflexão-ação, isto é, do movimento praxiológico⁸ que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Para Freire (2016), a palavra tem o sentido de dizer o mundo e fazer o mundo e só é verdadeira em sua práxis social, comprometida com o processo de humanização.

Assim, entendemos que integra o procedimento de humanização assumir outra postura no processo de produção do saber, em que a relação entre a ciência e os saberes tradicionais inclua verdadeiramente a participação das populações do campo. Nesse contexto, em especial ao se tratar da CCA, compreendendo a prática agrícola⁹ como lócus de produção de conhecimento (Ploeg, 2008; Oliveira; Schneider; Marques, 2017). De modo geral, trata-se de um desafio ético-político reconhecer esses sujeitos como produtores de saberes, critérios de validação e sistematização (Laranjeira *et al.*, 2019). Assumir essa postura é se opor a uma perspectiva de fazer ciência cuja base é conferir o monopólio do fazer científico a uma elite científica altamente especializada. No entanto, configura-se uma postura desafiante, por exigir outras bases na produção do conhecimento, baseada no diálogo de saberes (Laranjeira *et al.*, 2019), conforme nos ensinou Paulo Freire.

Em geral, trata-se de um caminho ao qual a pesquisa participativa nos permite trilhar, principalmente ao transitar entre conhecimentos diferentes. Soglio (2017) defende que a pesquisa participativa em agroecologia deve incluir as pessoas com quem a pesquisa é desenvolvida efetivamente no processo, de modo que elas possam contribuir no planejamento, desenvolvimento, gestão e análise dos resultados.

Portanto, a agroecologia parte dessa relação que se constrói no desafio entre os conhecimentos científicos e populares, assim como na elaboração de uma base teórico-metodológica que parte das práticas e técnicas dos saberes das comunidades, dos camponeses e dos povos das águas e das florestas (Laranjeira *et al.*, 2019).

A interação entre esses atores resulta na construção da ciência da agroecologia, a qual se estrutura desde o final da década de 1970, numa perspectiva da construção de uma ciência que integre saberes, práticas e movimento político (Padula *et al.*, 2013).

⁸ Utilizamos o conceito de práxis tendo como referência a tradição teórica marxista, em que o termo é utilizado para se referir à prática concreta e transformadora. Portanto, o sentido da práxis é colocado neste texto para remeter uma ação consciente, refletida e intencional, orientada para a transformação do meio em que se atua.

⁹ A racionalidade orienta uma prática (Oliveira *et al.*, 2011). A racionalidade fundada na lógica da agricultura industrial desenvolve práticas cada vez mais artificializadas e separadas do ciclo da natureza. Compreender a prática agrícola como lócus de produção de conhecimento (Ploeg, 2008; Oliveira; Schneider; Marques. 2017), é compreender que o modo de produção e relação estabelecido na produção de alimentos produz e consolida também uma racionalidade.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) vêm se debruçando sobre reflexões e construções coletivas da ciência agroecológica no Brasil. De maneira geral, ambas têm o consenso de que a CCA é feita a partir da identificação, sistematização e divulgação das experiências concretas em agroecologia nos territórios brasileiros (Petersen; Dias, 2007).

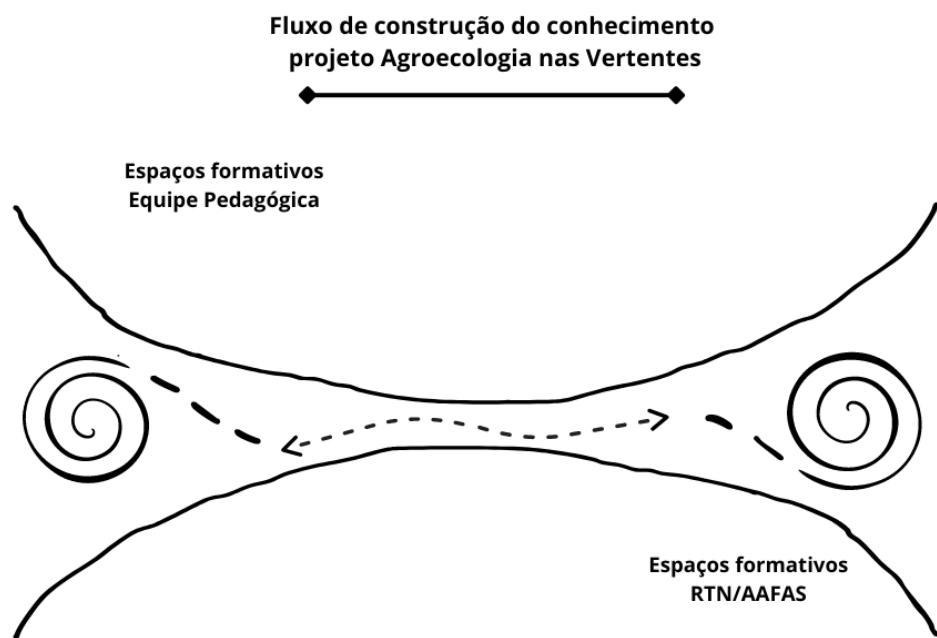
Nesse sentido, tanto a ANA quanto a ABA-Agroecologia defendem uma postura científica e engajada em suas pesquisas; um modo de fazer imbricado entre academia e saber popular, ou seja, um modo de construir conhecimento que alinhe visões de mundo que partem da perspectiva das universidades, organizações de assistência técnica e extensão rural com a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais e camponeses sobre seu modo de vida e produção de saber (Petersen; Dias, 2007; Laranjeira *et al.*, 2019).

Essa postura possibilita o aprofundamento nas instituições quanto à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com isso, pode-se reconhecer tanto os avanços das experiências em si quanto das formas de construção de conhecimento, possibilitando uma ampla visão da capilarização da agroecologia no território brasileiro por meio da sistematização das experiências (Chavez-Tafur, 2007).

Portanto, a consolidação da ciência agroecológica se concretiza ao mesmo tempo em que a consolidação das experiências em campo acontece nos territórios. Assim, ciência, prática e movimento vêm se constituindo como as principais linhas da trama agroecológica (Wezel *et al.*, 2009). Para firmar esse tecido, os nós são dados a partir das metodologias participativas que sustentam todos os processos de construção de conhecimento (Soglio, 2017); isso tanto na formação das equipes de pesquisadores e organizações, quanto na relação com os agricultores e comunidades tradicionais. Nesse fluxo de diálogo, os aprendizados são construídos e compartilhados.

A Figura 1, disponibilizada abaixo, coloca uma síntese representativa que expressa nossa reflexão em torno do diálogo de saberes em ação no projeto “Agroecologia nas Vertentes”, tema deste trabalho.

Figura 1 – Representação do processo de construção de conhecimento na interlocução entre a equipe pedagógica do projeto (estudantes, técnicos e professores) e os sujeitos da pesquisa RTN e AAFAS (agricultores e prosumidores)



Fonte: as autoras (2024).

Com base na Figura 1, podemos observar que dois movimentos de produção de conhecimentos acontecem continuamente, tanto da parte da equipe pedagógica do projeto quanto dos sujeitos participantes das ações de extensão e pesquisa, resultando no diálogo de saberes. Nesse encontro há um estreitamento, ou seja, as particularidades dos saberes ali partilhados podem entrar em conflito ou podem não ser compreendidos.

A escuta atenta dos sujeitos em interação “filtra” e seleciona as informações dadas, optando por aquilo que faz mais sentido com as práticas de cada uma das partes envolvidas. No movimento de retorno ao seu grupo de referência, cada qual se depara com conflitos, contradições e novas ideias. Elaborados os conflitos, os grupos (equipe pedagógica e sujeitos da RTN e AAFAS) se reúnem novamente para novas trocas e aprendizados; esse o movimento que renova e alimenta o fluxo das ações.

Para tanto, é preciso um tempo/lugar para esse encontro – aqui denominados espaços formativos, que são atividades como: reuniões, formações, oficinas, visitas de verificação e os intercâmbios agroecológicos, que serão apresentados com mais detalhamento adiante.

Neste artigo, apresentamos os espaços formativos desenvolvidos em nosso projeto, com o objetivo de promover diagnóstico e avaliação, bem como formação e sistematização das experiências no território das Vertentes/MG. Esses espaços são planejados com metodologias

orientadoras por trabalhos na EP, no campo, na extensão e na pesquisa em agroecologia. Para concluir, discutimos como tais metodologias potencializam os processos pedagógicos na CCA e na EdoC.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento das atividades listadas abaixo foi construído com base em uma metodologia orientadora, que envolve os seguintes movimentos: diagnóstico, organização e planejamento de ações, execução da ação e reflexão da ação (avaliação). Em síntese, essa forma de organizarmos do trabalho reflete um movimento praxiológico, circular e, necessariamente, dialógico com os envolvidos.

Entre maio de 2023 a junho de 2024 foram realizadas 28 atividades de extensão, divididas entre cinco temáticas, sendo elas:

- a) Diagnóstico, Planejamento e Avaliação;
- b) Visitas de verificação da conformidade orgânica;
- c) Intercâmbios Agroecológicos;
- d) Oficinas;
- e) Eventos Externos;

Os momentos de diagnóstico, planejamento e avaliação são espaços de reflexão sobre as ações do projeto. Eles têm como objetivo planificar ações, construir agendas de trabalho e avaliar os trabalhos já realizados; tivemos sete atividades com esse objetivo. Três desses momentos foram abertos, isto é, promovidos pela equipe “Agroecologia nas Vertentes” e realizados junto à comunidade (cadastrados da RTN, associados da AAFAS, agricultores que estão se aproximando, prossumidores, professores, estudantes e técnicos). Para os momentos de diagnóstico, utilizamos metodologias participativas, tais como o método FOFA¹⁰ e o Diagrama de Venn¹¹. Além dessas metodologias, destacamos o uso de perguntas geradoras, que iniciam os diálogos e as rodas de conversa entre os participantes. Nestas, realizamos a escuta

¹⁰ O método FOFA trata-se de um método de planejamento estratégico que permite a análise de cenários e, consequentemente, a tomada de decisões a partir de quatro fatores: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (Verdejo, 2006).

¹¹ O Diagrama de Veen é uma técnica utilizada para a realização de Diagnóstico Rural Participativo, com o objetivo de apresentar relações entre diferentes assuntos. Essa técnica permite a participação ativa dos integrantes do grupo no estabelecimento das relações que serão expressas pelo diagrama (Verdejo, 2006).

das impressões individuais de cada integrante da equipe e da comunidade sobre a ação desenvolvida, assim como colhemos suas proposições para a construção de agendas de trabalho que o projeto pode integrar e contribuir como parte de suas ações.

As visitas de verificação da conformidade orgânica são uma prática cujo objetivo é verificar a conformidade orgânica das propriedades cadastradas com um olhar mais técnico e analítico da produção. No caso da OCS RTN, a qual acompanhamos as visitas, trata-se de uma atividade que tem como eixo o preenchimento de uma lista das principais exigências que contemplam a legislação orgânica¹² para a manutenção do cadastro junto ao Mapa. Nesse contexto, foram realizadas quatro visitas de verificação entre maio de 2023 e junho de 2024. Desde 2018, a RTN discute as visitas de verificação como parte da construção da transição agroecológica com vistas à certificação orgânica (Lara, 2021).

Os Intercâmbios Agroecológicos, por sua vez, são encontros realizados nas propriedades de agricultores, onde se reúnem: agricultores, técnicos, estudantes, pesquisadores, prossumidores e “curiosos”, que se aproximam desse evento para conhecer o trabalho realizado pela RTN. Ao todos, foram realizados três Intercâmbios. Desses, dois incluíram atividades de formação, sendo: uma sobre Associativismo e Cooperativismo, devido a uma demanda da RTN, ministrada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFSJ); a outra, sobre os fundamentos da Agricultura Sintrópica, ministrada pela própria família que recebeu o Intercâmbio.

Por outro lado, o terceiro Intercâmbio possibilitou uma atividade de mutirão, com o objetivo de colaborar com as atividades de produção de uma família agroecológica. Além do mutirão, esse Intercâmbio integrou uma atividade da III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da UFSJ, da qual AAFAS e RTN se tornaram parceiras na organização por meio da mediação do projeto, além de formar uma roda de conversa com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a produção agroecológica nas áreas de Reforma Agrária.

De maneira geral, a metodologia dos Intercâmbios é conhecida e sistematizada por diversos autores, como Zanelli e Silva (2017). Contudo, a literatura discute que as particularidades de cada Intercâmbio estão presentes nos territórios em que eles acontecem. Dessa maneira, a OCS RTN escolhe potencializar os Intercâmbios com ações de formação e/ou mutirão e de aproximação de parceiros que possam contribuir com o fortalecimento da

¹² A lista é construída com base na Lei nº 10.831/2003 do Mapa e, segundo os critérios da OCS, é permitida somente a venda direta, ou seja, a venda em feiras e cestas *delivery*, ou para compras institucionais (Brasil, 2020).

agroecologia no território. Desse modo, os Intercâmbios Agroecológicos têm se mostrado um espaço pedagógico potente para a CCA.

As oficinas¹³ foram construídas com dois objetivos: a formação interna de bolsistas e pesquisadores, bem como a formação externa de um público geral e diverso, que inclui a divulgação da história da transição agroecológica no território do Campo das Vertentes/MG e de conhecimento específico em produção agroecológica. Ao todo, realizamos oito oficinas, sendo quatro para formação interna e quatro para formação externa, com metodologia variando entre encontros presenciais e on-line.

As oficinas externas foram planejadas e realizadas em parceria com a comunidade. Durante as atividades, destacamos os momentos de rodas de conversa e círculos de cultura, que se constituíram como metodologia mediadora nas atividades. Em geral, tais momentos de diálogos se iniciavam por meio de uma pergunta geradora ou de objetos dispostos no espaço da atividade, instituidores de sentido para a temática desenvolvida na oficina. Outrossim, esse diálogo foi mediado pela escrita e exposição de palavras-chave em cartões pelos participantes, que realizavam a socialização do seu significado em virtude da pergunta geradora.

Por outra perspectiva, o que denominamos como atividades externas são: participação em eventos de extensão relacionados à temática do projeto; acompanhamento de reuniões; formações abertas organizadas pelas organizações que acompanhamos – AAFAS e RTN; e, por fim, visitas e organização de rodas de conversa nas feiras. Esses momentos são formativos e operacionais das atividades que compõem nosso planejamento de extensão. Por exemplo, a realização de uma roda de conversa na feira da AAFAS sobre agroecologia originou-se a partir de uma necessidade identificada em nossos encontros de diagnóstico e planejamento, como forma de potencializar esse evento e de aproximar prossumidores.

Considerando nosso referencial teórico-metodológico e as atividades listadas, lançamos a pergunta para subsidiar nossas reflexões sobre o processo vivido no projeto “Agroecologia nas Vertentes”: o que as atividades listadas nos dizem sobre a EdoC e a EP em agroecologia?

Primeiramente, compreendemos a afirmação de que a EdoC, com seu princípio educativo de formação humana emancipatória, incide nos processos educativos escolares e comunitários. Nesse sentido, reafirmamos Caldart (2021) para afirmar que a EdoC se articula com a agroecologia, enquanto a agroecologia necessita da EdoC; ambas se retroalimentam para

¹³Em síntese, as temáticas abordadas nas oficinas foram: Oficinas de Escrita Científica (preparativas para participação no 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia); Oficina de Comunicação e Relatoria; Oficina de Metodologia Científica e Participativa; Oficina Filosofando com Agroecologia; Oficina de Bioinsumos; e, por fim, Oficina sobre as Ações Agroecológicas no Campo das Vertentes.

avançar em suas lutas por outro projeto de educação, de campo e de sociedade. Tais projetos de educação, visando fortalecer os movimentos agroecológicos nos territórios, são importantes e necessários para essa luta, uma vez que movimentos agroecológicos fortalecidos tencionam outros segmentos sociais, como a política, a arte, a cultura e a educação escolar.

Nessa perspectiva, mantemos vivos os princípios da EP de constituir espaços na arena política, além de possibilitar engajamento e enraizamento social dos sujeitos por causas que desaguam na sua humanização e na sua emancipação. Citando Silva (2006, p. 64):

enraizado é o sujeito que tem laços, que participa de uma coletividade, que permite olhar para trás e para frente, que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Ter projeto, por sua vez é ir transformando estes pressentimentos de futuro em ações e práticas sociais, em um horizonte pelo qual se trabalha e se luta.

O recorte acima simboliza nossa aposta com o projeto que desenvolvemos. Por isso, destacamos os aprendizados com a produção pedagógica dos movimentos sociais de EP. Esses, que atualmente permitem a atuação de educadores do campo com a EP em agroecologia, têm possibilitado fortalecer os territórios nos processos de transição agroecológica. Esses aprendizados estão presentes em nossas atividades, como a expressão teórica e metodológica, conforme discutiremos a seguir.

Em todas as atividades desenvolvidas, destacamos a presença das místicas¹⁴; de momentos de escuta ativa entre os presentes; de formação com espaço para prática e experimentação; de socialização de saberes; e, por fim, de projeção de futuro, isto é, construção coletiva de saberes-fazeres.

Nesse contexto, as místicas foram introduzidas em nossas atividades, consistindo em uma prática cultural e política pouco utilizada pela equipe atuante no projeto, bem como pela comunidade da RTN e AAFAS. Com elas, intencionamos despertar a sensibilidade, a arte e a cultura em uma “consciência do fazer presente com a utopia do futuro” (Bogo, 2012, p. 475). A arte permite que o indivíduo se autoproduza e que, enquanto ser social, se reinvente e se exteriorize, mostrando-se de uma forma que ainda não era conhecida (Bogo, 2012).

¹⁴ Utilizamos as místicas tendo em vista o sentido em que foram forjadas pelos movimentos populares, que as compreendem como expressão da cultura, da arte e dos valores constitutivos de suas experiências na luta pela transformação da realidade social.

Todas as atividades dedicaram um momento para a escuta ativa dos presentes, seja por meio de uma apresentação do tempo interno¹⁵ de cada um, ou como forma de levantamento do conhecimento prévio de determinado tema gerador. Entendemos que cada sujeito é parte de uma totalidade que é coletiva e que está em construção. Portanto, espaços de escuta e de diálogo são primordiais ao trabalhar com a EP e, indubitavelmente, devem estar presentes nas metodologias participativas que utilizamos junto à comunidade. Nesse sentido, Paulo Freire foi enfático ao nos ensinar que a palavra está no centro do processo educativo como ação cultural, sendo ela criadora e capaz de criar mundos. O sujeito, ao exercer a possibilidade de dizer a sua palavra, faz sua intervenção no mundo e deixa suas marcas de sujeito e não de objeto (Freire, 2016).

Ao desenvolvermos ações de formação, tentamos conduzir – nessa mesma relação dialógica ensinada por Freire – um diálogo autêntico no encontro de sujeitos, o qual visa criar possibilidades para a construção e produção do saber em conjunto. Assim, em nossa dinâmica, adotamos perguntas geradoras, exposição do conteúdo e experimentação do saber, seja por meio de uma observação prática ou por meio de exercícios de pensamento, além de momentos de compartilhamento do aprendizado ou de avaliação do sujeito sobre a formação.

Por último, compreendemos que tudo o que fazemos precisa ser avaliado conjuntamente com a comunidade, bem como retornar como prática propulsora para novas ações, a partir de decisões e construções coletivas. Por essa razão, constantemente realizamos avaliação do processo vivido, especialmente quando ele envolve uma ação junto à comunidade e/ou nossa participação em um espaço externo de formação, ou de ação política. Toda avaliação implica considerar aspectos positivos e negativos, assim como projetar tarefas e decisões a serem tomadas. Essa organização não é fácil, mas provoca nosso comprometimento com a execução do projeto junto à agência financiadora, à comunidade participante e à organização coletiva, que visamos fortalecer para a transição agroecológica no território das Vertentes/MG.

Considerações finais

Apresentamos, aqui, uma síntese das práticas em EP em nosso projeto, ainda em desenvolvimento, a partir de uma perspectiva agroecológica na construção de outro modelo de

¹⁵ A dinâmica do tempo interno aparece como um momento de socializar com o grupo, conforme o indivíduo esteja se sentido naquele dia. Suas sensações são ilustradas com o clima, por exemplo: ensolarado, nublado ou chuvoso. Dessa maneira, e de uma forma lúdica, cada pessoa pode compartilhar suas emoções de forma leve e criativa.

desenvolvimento para o campo e, por consequência, anunciando uma forma de fazer EdoC, pautada na gestão de processos educativos comunitários em que a EP é sua principal matriz.

Compreendemos que o diálogo de saberes mobilizados pela pesquisa participativa anuncia ferramentas qualificadas para a CCA. Ademais, acreditamos na qualidade que os espaços formativos promovem para os sujeitos que constroem suas ações.

Em todas as atividades foram destacados os momentos de mística (sensibilidade, arte, cultura); de escuta dos presentes; de formação (exposição de conteúdo ou da dinâmica orientadora do espaço/atividade); de vivência com a prática; de compartilhamento de impressões e aprendizados; e, por fim, de projeção de futuro, identificando necessidades para o projeto, encaminhando ações, aproximando e identificando parceiros. Todos esses momentos remetem ao movimento de ação-reflexão-ação.

Essa circularidade tem sido essencial para a construção coletiva do conhecimento e para o andamento das atividades do projeto. As perspectivas para sua reta final visam conseguir identificar detalhadamente as nuances de cada etapa desse processo, a partir de questionários e entrevistas. Contudo, os anúncios e as agendas compartilhadas das ações já são considerados produtos valiosos desse processo de extensão e pesquisa.

Por fim, reforçamos a importância de financiamento para o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa, na área de educação, para a CCA. Identificamos que, por meio das metodologias participativas, que emergem da EP no campo, é possível fortalecer os movimentos agroecológicos e contribuir para a transformação social nos territórios. No entanto, o desenvolvimento dessas metodologias exige constante presença e diálogo da equipe proponente com a comunidade. Por isso, apontamos a necessidade de que mais agências de fomento reconheçam a extensão articulada à pesquisa como um lugar promissor para a produção de ciência e inovação no desenvolvimento de transformações sociais.

Referências

BOGO, A. Mística. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 475-479.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Guia prático de organizações de controle social (OCS)**. Brasília: Mapa/AECS, 2020. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-OCS_Final.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

CALDART, R. S. Concepção de Educação do Campo: um guia de estudo. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. (org.). **Formação de formadores**: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-76.

CALDART, R. S. Educação do Campo e agroecologia. In: DIAS, A. P. et al. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 355-361.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática**: uma metodologia para sistematização de experiências. Brasil: AS-PTA, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

LARA, L. M. O. **Transição agroecológica na Rede Trem Natural – MG**: conhecimentos, processos e práticas. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/8c9d6d60-56d2-470a-9c17-6fbe165af2fd>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LARANJEIRA, N. P. F. et al. Para uma ecologia de saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na Associação Brasileira de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 14. n. 2, p. 65-79, 2019. DOI 10.33240/rba.v14i2.22959. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50121>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, G. (org.). **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MELO, P. G. V. **A economia solidária, o desenvolvimento local sustentável e as redes locais de prosumidores**: o papel das redes locais de prosumidores no desenvolvimento local sustentável. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12631>. Acesso em: 24 jan. 2024.

OLIVEIRA, D. et al. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 91-113.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C. Contextualização e práticas criativas na agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS: o biofertilizante Super Magro como objeto epistêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 41, p. 83-104, ago. 2017. DOI 10.5380/dma.v41i0.50236. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/handle/10183/256581>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PADULA, J. et al. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. (org.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. p. 37-72.

PALUDO, C. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio/ago. 2015. DOI 10.1590/CC0101-32622015723770. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cedes/a/CK6NyrM6BhKXbMmhjrmB3jP/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PETERSEN, P.; DIAS, A. **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. [S. l.]: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BAlestro, M. V. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição ecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 177-204.

SILVA, M. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-93.

SOGLIO, F. K. D. Princípios e aplicações da pesquisa participativa em agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 116-136, maio/ago. 2017. DOI 10.17058/redes.v22i2.9361. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9361>. Acesso em: 24jun 2024.

TARDIN, J. M.; TRAVASSOS, R. Educação popular em agroecologia. In: DIAS, A. P. et al. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 375-383.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, Lincoln, v. 29, p. 503-515, 2009. DOI 10.1051/agro/2009004. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/agronomyfacpub/927/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ZANELLI, F. V.; SILVA, L. H. Intercâmbios agroecológicos: processos e práticas de construção da agroecologia e da educação do campo na zona da mata mineira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 638-657, abr./jun. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n2p638>. Acesso em: 24 jun. 2024.

Submetido em 25 de junho de 2024.

Aprovado em 22 de julho de 2024.